

XIX Encontro Nacional de Economia Política / Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)

Universidade Federal de Santa Catarina – 3 a 6 de junho 2014

Área 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo

Sub-Área: 3.2- O capitalismo contemporâneo

Resumo

O intenso do conceito de capital financeiro desde seu surgimento proporcionou que ele fosse propagado de maneira leviana, o que deu origem a divergências entre os autores que o empregam e a um uso deste conceito sem seu devido aprofundamento, levando a um distanciamento de seu significado original, tornando este conceito vago e impreciso. Como forma de tentar esclarecer a originalidade deste conceito, a primeira parte deste presente trabalho pretende delinear o surgimento do conceito de capital financeiro a partir da discussão sobre as teorias clássicas marxistas sobre o imperialismo ligadas a ele. Para isso, irá investigar as obras de Hilferding e Lênin, com a finalidade de mapear o desenvolvimento deste conceito. Em sua segunda parte, este artigo resgata os conceitos usados para a formação do conceito de capital financeiro, como os de capital bancário e capital industrial, sob a luz da teoria marxiana com a finalidade de estabelecer em até que ponto este conceito é realmente um segundo passo do que foi proposto inicialmente por Marx. E por fim, deste artigo irá se propor a fazer uma revisão crítica sobre o conceito de capital financeiro, apontando quais foram as inovações deste conceito em relação ao que foi desenvolvido por Marx e o que se apresenta apenas como uma repetição da análise já apresentada por Marx.

Palavras Chaves:

Capital Financeiro; Teorias Imperialistas; Capital Fictício

¹ Larissa Mazolli é mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

Depois de uma crise mundial baseada em um aprofundamento da financeirização da economia houve um ressurgimento do conceito de capital financeiro no dentro das discussões sobre esta crise. O resgate desse conceito aconteceu também ao longo de todo século XX, com a crescente financeirização que culminou no abandono de Bretton Woods, buscando sempre explicar este fenômeno.

O intenso uso desse conceito desde seu surgimento proporcionou que ele fosse propagado de maneira leviana, o que deu origem a divergências entre os autores que o empregam e a um uso deste conceito sem seu devido aprofundamento, levando a um distanciamento de seu significado original, tornando este conceito vago e impreciso.

Como forma de tentar esclarecer a originalidade deste conceito, a primeira parte deste presente trabalho pretende delinear o surgimento do conceito de capital financeiro a partir da discussão sobre as teorias clássicas marxistas sobre o imperialismo ligadas a ele. Para isso, irá investigar as obras de Hilferding e Lênin, com a finalidade de mapear o desenvolvimento deste conceito.

O primeiro a usar deste termo foi Hilferding, em 1910 no seu livro “O Capital Financeiro”, logo depois, Bukharin e Lênin também se apropriaram do termo em seus livros. Para os três autores o capital financeiro consistiria em uma união entre o capital bancário e o industrial para que a produção aconteça, no entanto, deve haver uma preponderância do capital bancário sobre o industrial, sinalizando uma dependência direta da indústria com os bancos.

Como a construção do conceito de capital financeiro tem suas bases na alegação de que procura ser uma continuação do legado da obra inconclusa de Marx, principalmente contida no livro III, este trabalho resgata também os conceitos usados para a formação do conceito de capital financeiro, como os de capital bancário e capital industrial, sob a luz da teoria marxiana com a finalidade de estabelecer em até que ponto este conceito é realmente um segundo passo do que foi proposto inicialmente por Marx.

Para compreender a predominância do capital bancário sobre o industrial é necessário analisar como acontece o processo de substantivação e autonomização gerada pela divisão do trabalho do capital industrial, que se divide em três formas para que haja uma circulação mais eficiente, ou seja, gerando uma quantidade ainda maior de mais-valor. Neste processo não é mais apenas um capitalista que comanda todo processo produtivo, agora diferentes capitalistas são responsáveis por diferentes partes deste processo. Com esta intenção, na segunda parte deste trabalho irá tratar de mostrar como acontece o processo de autonomização do capital.

Para finalizar, a terceira parte deste artigo irá se propor a fazer uma revisão crítica sobre o conceito de capital financeiro, apontando quais foram as inovações deste conceito em relação ao que foi desenvolvido por Marx e o que se apresenta apenas como uma repetição da análise já apresentada por Marx.

Assim, o presente artigo pretende elucidar o conceito de capital financeiro e também demonstrar como que de certa forma o conceito de capital financeiro já estava contido nos estudos de Marx do livro III, entretanto, não se propõe a desconsiderar os avanços e a importância que essas obras representaram para as discussões marxistas no período em que foram publicadas.

A gênese do capital financeiro

Hilferding publica “*O Capital Financeiro*” em 1909, um texto de extrema importância na sua época, pois influenciou uma série de debates que se estendem até hoje. Em seu livro as principais questões abordadas são o dinheiro e o desenvolvimento do crédito, a concentração e a centralização dos capitais, fazendo surgir o capitalismo monopolista, e como sucedeu a interligação entre o capital e o Estado que culminou nas políticas imperialistas.

O que dá a ligação entre todas estas questões que são levantadas em seu texto é o conceito de capital financeiro que ele propõe, onde o capital bancário e o capital industrial se unem sobre a preponderância do primeiro. Para dar conta deste processo, ele inicia sua análise explicando como o desenvolvimento do sistema de crédito e o surgimento das sociedades anônimas contribuíram para o processo de centralização e concentração do capital.

As sociedades anônimas e a sua consequente venda de ações liberariam o capitalista industrial da função de reunir todo o dinheiro necessário para o início do processo produtivo. O crédito também contribuiria para esta liberação, já que disponibilizava este montante de dinheiro ao capitalista. Porém as duas modalidades se diferenciam pelo fato de que o acionista irá receber, não é determinado previamente, não tem garantia de recebimento e não existe a possibilidade de reaver diretamente este dinheiro, já que está colocado dentro do processo produtivo. Entretanto, o desenvolvimento do mercado de ações possibilitou aos acionistas a terem a opção de vender suas ações e reaver o capital que antes fora imobilizado.

Desta forma, Hilferding explica que o processo de monopolização se inicia a partir do surgimento das empresas de sociedades anônimas, permitindo a compra de empresas de menor porte por empresas maiores, acelerando a tendência de centralização do capital. Essa maior centralização do capital gerava uma crescente cartelização, pois dentro deste processo os grandes capitais acabavam por expulsar os pequenos capitais.

Os bancos tinham um importante papel neste processo de cartelização, porque a estimulavam através de seus instrumentos e porque o faziam intencionalmente. Para os bancos a cartelização era interessante na medida em que era mais difícil a falência de uma empresa com grande quantidade de capital, do que uma pequena empresa. Desse modo era mais vantajoso para os bancos que houvesse grandes quantidades de capitais reunidas, pois dificultava a possibilidade de não receber o retorno de seus empréstimos. Somado ao isso, estava o fato de que empresas com capitais maiores e cartelizadas geravam um lucro maior.

Até aqui a argumentação de Hilferding está voltada para explicar como os bancos participam ativamente do processo de centralização e concentração de capital. A principal razão reside no fato de que a função dos bancos seria a de centralizar o capital-dinheiro, ou seja, conseguir reunir o capital disponível e distribuí-los entre as empresas. Por isso, para Hilferding, os principais responsáveis pelo o crescimento do monopólio foram os bancos. E como estes controlavam as principais fontes de financiamento, passaram a desempenhar um papel dominante dentro do sistema capitalista.

O crescimento dos cartéis e trustes implica em uma necessidade dos bancos de também se unir para não se tornarem dependentes dos cartéis, pois é a força do maior capital que decidirá qual empresa cairá na dependência da outra. Desta forma, a cartelização

promove também a união dos bancos, assim como a união dos bancos fomenta a cartelização.

O dinheiro reunido pelos bancos provinha de duas fontes: dos fundos de classes não produtivas e do capital de reserva dos capitalistas comerciais e industriais. Portanto, não é apenas dinheiro da atividade produtiva que se torna disponível para o capital industrial, mas também dinheiro proveniente de classes não produtivas. Então o autor conclui que o capital industrial é acionado por um capital que tem um volume muito maior do que o próprio capital industrial total e a disponibilidade desse fundo pertence aos bancos.

Entretanto, os bancos somente conseguiriam atrair esses fundos se conseguirem pagar juros a contento sobre eles e como as outras modalidades, como a especulação e o crédito para a circulação estavam decaindo em face ao desenvolvimento industrial, só restava aos bancos transformar estes fundos em cada vez mais em capital industrial, para que seus ganhos fossem aumentados, fomentando a intensificação da participação do capital bancário dentro do capital industrial.

Neste ponto é necessário salientar duas questões importantes que estão postas nesta argumentação: primeiro a participação das atividades não produtivas dentro do capital industrial, que significa uma interferência de classes que não produzem mais valor na própria produção de mais valor. E o segundo ponto, que de certa forma é consequência do primeiro, é que esta dependência da atividade produtiva com os bancos acaba se tornando um problema entre as relações de propriedade, já que o capital que inicia o processo produtivo não pertence aos capitalistas industriais.

Com isso, ele pode apresentar o conceito do capital financeiro em si. Assim, Hilferding explica o surgimento deste conceito da seguinte forma:

“Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo(meios de produção e força de trabalho) e imobilizado nos processos de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital a disposição dos bancos e pelos industriais.

O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança o seu apogeu com a monopolização da indústria. O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; com isso, a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior.” (Hilferding, 1985:219)

Com esta definição Hilferding propõe que o capital financeiro é um novo tipo de capital que irá atribuir particularidades em seu movimento. Dele surgirá uma fase em que o monopólio predominará diante do processo produtivo, suprimindo a livre concorrência. Esta nova forma de capital é marcada pelo poder que os trustes e cartéis exercem, dando um impulso maior ao capital financeiro, pois este se apropriaria dos dividendos criados pelos monopólios por conta de subordinar o processo produtivo ao capital bancário.

Em seu livro Hilferding perpassa a questão das crises dentro do capitalismo. Quanto mais o capital – bancos e capital industrial - estiver concentrado, mais eles resistiram aos tempos de crise, pois com como seu lucro é acima do médio, é possível continuar com a produção mesmo em tempos de crise. Porém, apesar de conseguirem retardar a crise, não há possibilidades de evitá-las. As perturbações nos preços e um desalinhamento entre a produção e o crédito são peças fundamentais para a eclosão das crises.

Depois de apresentar o conceito de capital financeiro, Hilferding começa a apresentar como acontece a associação deste capital com o Estado. Assim, mostra que esse movimento monopolista do capital, que tem por base a supressão da livre-concorrência, mudará a relação entre a classe capitalista e o poder do Estado.

A anterior relação entre burguesia e Estado nasceu contra o mercantilismo, contra o poder do Estado de privilegiar as grandes companhias comerciais e coloniais. Diante das leis estatais, precisou provar que o mercado agia por leis próprias, acima de qualquer regulamentação estatal, em que regia o *laissez-faire*. Agora, com o capitalismo monopolista, a luta tem a finalidade de defender a atividade produtiva interna, ou seja, a nova luta burguesa é para que o Estado proteja a produção nacional.

Para exercer essa proteção dos grandes monopólios pelo Estado, as tarifas protecionistas desempenham um papel importante. O protecionismo é usado para deixar em desvantagem os bens produzidos externamente e facilitar a concorrência dos bens produzidos internamente, servindo como proteção ao capital interno. Desta forma, a tarifa protecionista daria ao capitalista um lucro ainda maior do que o advindo da condição de monopolista, pois permite que o preço interno seja maior que o vigorado

internacionalmente, dando mais força aos monopólios. Somado a isso, podemos considerar também que quanto maior o território econômico envolvido por esta proteção, maior será o volume de vendas dentro deste mercado interno e maiores serão os lucros dos monopolistas. Quanto maiores esses lucros, maior poderá ser o subsídio à exportação e mais forte será a posição competitiva destes monopólios dentro do mercado mundial.

Como a maioria dos Estados passou a usar do protecionismo para proteger seu capital interno, os monopólios tentavam contornar estas barreiras generalizadas. Para isso, foram usados os subsídios a exportação, para tentar superar as barreiras alfandegárias estrangeiras, com intuito de diminuir o grau de restrição da produção. Desta forma, o tamanho do subsídio seria equivalente ao tamanho do protecionismo, quanto maior o protecionismo, maior a arrecadação e maior será a possibilidade de implementar os subsídios a exportação.

Esta intensa necessidade de protecionismo dividirá o mundo em distintos territórios de economias nacionais, diminuindo o poder de expansão do território econômico, e o aumento deste protecionismo impulsiona a expansão do monopólio. Disto decorre o surgimento de obstáculos ao crescimento e ao desenvolvimento das forças produtivas, mas, ao mesmo tempo, garante o aumento na taxa de lucro.

O autor argumenta ainda que a única vantagem garantida pelo livre comércio seria o aumento de produtividade, assegurado pela concorrência e, por essa razão, deixa defasada a produção dentro de um ambiente monopolista sem concorrência. Contudo, a alta dos preços garantida pelo protecionismo e pelo monopólio, consegue compensar a alta do lucro provocada pelo aumento de produtividade. Assim, o livre comércio se torna nocivo e supérfluo para o capital.

No entanto, se o protecionismo não conseguir esgotar toda a necessidade de proteção, e por consequência a expansão do capital dentro das fronteiras de seu Estado, a opção será exportar este capital. A exportação de capitais se destina a enviar capital para gerar mais valia no exterior. Para isso, o capital deve ficar a disposição da nação de origem, ou seja, os capitalistas nacionais podem dispor da mais valia produzida por esse capital no estrangeiro. Desta forma, a exportação de capitais garante a abertura de novos mercados para expandir o capital, quando o capital se instala em novos países, acelera-se o processo de

colonização nestes lugares, pois o capital necessita que as relações institucionais de seus países de origem também se estabeleçam ali.

Quando o capital encontra empecilhos a sua necessidade de exploração e a superação destes só pode acontecer de forma lenta e gradual, o capital invoca a violência estatal. Hilferding nos mostra que:

“Os métodos violentos pertencem à essência da política colonial que, sem eles, perderia seu sentido capitalista e constituem também um componente integrante da mesma política, assim como a existência de um proletariado explorado é conditio sine qua non do capitalismo. Levar cabo uma política colonial, eliminando seus métodos violentos, é uma ilusão tão pouco séria quanto pretender suprimir o proletariado, conservando o capitalismo” (Hilferding, 1989, p. 300)

Hilferding conclui que o capital financeiro seguirá três objetivos: aumentar sempre o seu território econômico, resguardar esse território através de políticas protecionistas contra a concorrência estrangeira e tornar esse território em uma área de exploração para os monopólios nacionais.

Esta lógica do capital financeiro consiste no fato de que dentro de um espaço econômico pequeno, haverá pouca força para superar a luta competitiva e maior será a necessidade de se exportar capital, com a intenção de participar também do desenvolvimento econômico das demais potências e dos seus altos lucros. E, da mesma forma o oposto também acontece, dentro de um espaço econômico grande e com maior poder estatal, melhor será a posição de determinado capital deste país no mercado internacional. Hilferding finaliza da seguinte forma, *“Assim, o capital financeiro torna-se portador da ideia do fortalecimento do poder estatal por todos os meios.”* (Hilferding, 1989:311)

Hilferding salientou que o capital financeiro necessitava do poder do Estado para resguardá-lo. Em primeira instância, a proteção tarifária era imprescindível para ganhar a benefícios do monopólio. Além desta necessidade de proteção, o capital financeiro pressiona por uma expansão territorial. Para ambos os movimentos é preciso que haja um Estado suficientemente forte para garanti-los. Assim, o poder político do Estado no mercado mundial se tornou meio competitivo do capital financeiro, gerando uma mudança na postura da burguesia com relação ao Estado. Por conseguinte, o crescimento e desenvolvimento do capital financeiro transformaram de forma fundamental a estrutura de classes e o papel do Estado.

Hilferding observa que o capital financeiro,

“Para manter e ampliar sua superioridade precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias. (...) Então a política poder ilimitado se tornou uma exigência do capitalismo financeiro. (Hilferding, 1989, p. 314)

Desta forma, nota-se que é de caráter imprescindível que haja a proteção do Estado para o capital, tanto para garantir a concentração, quanto para garantir os mecanismos necessários para sua proteção e expansão. O capital também necessita de um forte protecionismo ao mercado nacional para sobreviver e garantir seus lucros monopolistas.

Logo, a conquista de novos territórios econômicos se torna essencial devido à constante necessidade de aumento do espaço para o capital se expandir. Para isso é preciso que haja a expansão do território físico, pois assim internalizam-se espaços e mercados para garantir os privilégios no comércio internacional. Esta conquista de novos territórios só é possível através dos instrumentos coercitivos do Estado.

Como a lógica do capital financeiro não pode seguir uma política que não seja a imperialista e expansionista, a competição voraz entre os capitais sempre estará posta. E devido a essa necessidade do capital financeiro do Estado para sobreviver somada a essa necessidade constante de competição a guerra entre os Estados será inevitável.

Com esta argumentação, Hilferding conclui que é a economia nacional que passa a ser responsável pela luta entre os capitais. Dessa forma, no imperialismo esta luta é travada entre os Estados, que por conta da lógica do capital financeiro estarão incessantemente buscando expansão de poder.

Inicialmente, o conceito de capital financeiro nos demonstra como ocorre a interferência do lado financeiro dentro do processo de acumulação e produção do capital e como ele se torna predominantemente necessário para que este processo ocorra. Entretanto, os desdobramentos do surgimento do capital financeiro nos deixa claro o objetivo da construção deste conceito é o de dar bases para a explicação do entrelaçamento entre o capital e o Estado e, com isso, conseguir explicar a política imperialista da Inglaterra no

período em que seu livro foi publicado. Autores como Bukarin e Lênin também usaram deste conceito com o mesmo propósito.

Diferentemente de Hilferding, Bukharin inicia sua análise a partir das economias nacionais, mas chega ao mesmo ponto quando alega que o imperialismo é a política do capital financeiro. Para este autor, o capital financeiro também se trata do capital bancário coordenando as atividades do capital industrial. Ele parte da descrição da economia mundial e da divisão do trabalho internacional para explicar que o desenvolvimento destes leva a movimentos de nacionalização e internacionalização do capital e como esses movimentos levam a um comportamento imperialista dos Estados.

Já Lênin inicia seu texto descrevendo o processo de concentração da produção e, por consequência, do capital. Para o autor esta tendência seria uma das particularidades do capitalismo: a própria concorrência faria com o que os capitais se aglutinassem. Com isso, a transformação mais importante do capitalismo, que o leva para uma fase superior, seria a supressão da concorrência e o surgimento dos monopólios. Assim, a característica principal desta nova fase do capitalismo seria a dominância dos monopólios.

Os bancos também possuem papel fundamental na tendência a concentração do capital. Sua função consistiria em intermediar as transações monetárias e, consequentemente, intermediar os pagamentos. Desta forma, os bancos reuniriam o dinheiro em circulação e o colocariam a disposição dos capitalistas. Logo, transformariam capital inativo, parado, em capital ativo, que renderia lucros.

Como tendência do capital, o capital bancário também se concentra, fazendo com o que os bancos se reúnam em grandes monopólios. Portanto, ganham a capacidade de agrupar grande parte do capital-dinheiro em circulação. Por conta disso, a tomada de empréstimos pelos capitalistas industriais fica mais difícil, pois há somente poucos bancos a ofertar este crédito. Então para Lênin surge deste fato a submissão do capital industrial ao capital bancário. Esta submissão é a origem do capital financeiro. Apesar de partir de um pressuposto diferente, para fazer uma definição mais exata deste conceito Lênin cita Hilferding².

² A passagem que Lênin cita de Hilferding para definir capital financeiro é a mesma usada por Bukharin.

A partir do conceito de capital financeiro, Lênin mostra que há uma nítida separação da propriedade do capital e da sua aplicação na produção. E ao perceber isto, coloca o problema do capital parasitário, como o capital bancário domina o capital industrial, mas não é capaz de produzir, apenas cresce à custa da produção³. O autor considerara também que o capital parasitário é uma das principais características da nova fase do capitalismo.

O crescente desenvolvimento do capitalismo e, por consequência, o desenvolvimento das trocas, que agora aumentam e transbordam internacionalmente, dá origem a um crescimento em ritmo diferente das forças produtivas em cada país, é o que Lênin chama de *desenvolvimento desigual*. Essa desigualdade no nível das forças produtivas, por conta dos diferentes níveis de acumulação, gera um excedente de capital nos países que possuem um nível mais alto e mais rápido de acumulação. O excedente de capital nos países mais avançados gera uma queda na taxa de lucro, que irão procurar novas formas de aumentar esse lucro, levando a exportação desse capital para os países mais atrasados.

A tendência à exportação de capital leva a uma competição entre os monopólios pelas áreas que ainda estão escassas de capital. Assim, os capitais mais fortes, ficam com maior parte dessas áreas, se tornando mais fortes ainda, aumentando a tendência à concentração. Entretanto, Lênin discorda que haverá um só truste que comandará todo planeta, para ele a competição entre os capitais não deixará de existir.⁴

De acordo com Lênin, a competição por estas áreas irá se estender como a partilha dos territórios, originando o movimento de expansão colonial. Assim, fica evidente mais um acontecimento que constitui o capitalismo imperialista: a partilha do planeta.

Com esta intensa anexação de novos territórios ao capital monopolista, países desenvolvidos dominam os países mais atrasados, e assim como a dominação do capital financeiro sobre a estrutura produtiva, os países desenvolvidos também iram ser *parasitas* dos demais. A característica desse capitalismo parasitário é a separação entre o setor *rentier* e da produção, essa separação também acontece entre os Estados, os mais

³ Neste ponto é que se encontra uma das principais críticas de Lênin a Hilferding. Lênin critica Hilferding por não ter falado sobre o caráter parasitário do capital financeiro.

⁴ É neste ponto que se encaixa a crítica de Lênin a Kautsky.

avancados, que Lênin chama de *Estado-rentier* e os estados mais atrasados, que os que são produzidos enquanto os outros apenas usufruindo de juros e dividendos.

A partir disso pode-se afirmar que Lênin descreve o imperialismo como sendo uma nova e superior fase do capitalismo, onde o desenvolvimento deste trouxe a dominação dos monopólios e onde o capital financeiro se sobrepõe a esfera produtiva. Esse processo, por fim, conduz a exportação de capitais, que irá contribuir para a divisão do mundo entre os grandes capitais monopolistas.

Lênin escreveu “*Imperialismo: fase superior do capitalismo*” em 1916 com o intuito de ser apenas um panfleto, como ele mesmo cita em seu prefácio, alegando ter pouco tempo e material disponíveis para fazer uma análise mais aprofundada do assunto. Portanto, trata-se de um texto pouco aprofundado teoricamente, apenas descritivo da situação econômica daquele período, que viria a corroborar, e usar da mesma linha de argumentação das teses já elaboradas sobre o Imperialismo por Hilferding e Bukharin. Entretanto Lênin faz duas contribuições a discussão do imperialismo: de principal para a discussão é a formação de uma oligarquia financeira que controla o processo produtivo, personificando o capital financeiro. E traz também o conflito entre apropriação e produção quando chama o capital financeiro de capital parasitário.

Movimentos do Capital

Para compreender a gênese do conceito de capital financeiro é necessário primeiramente entender como se move o capital dentro do sistema capitalista de produção. Nesta parte do artigo a proposta é a de ilustrar como acontece o movimento do capital, quais são suas formas e suas transformações com o intuito de fornecer bases para o entendimento da formação deste conceito.

Para explicar o que é capital, Marx parte de um nível de abstração elevado, iniciando a explicação a partir de sua célula inicial, o valor. A partir de então Marx demonstra como a circulação do valor, através da produção e comercialização das mercadorias, faz com que haja uma complexificação das relações sociais e como esta complexificação tem como resultado um desenvolvimento do próprio valor, que se torna o capital, um valor que busca sempre se valorizar e se reproduzir, através da produção de mais-valor.

Com isso, o capital representa uma forma mais evoluída do valor, com relações mais complexas e maiores determinações, correspondendo a uma sociedade com uma sociabilidade mais desenvolvida. E é dessa movimentação do capital que Marx conclui que capital é valor que se valoriza, capital é o valor que tem a capacidade de se autovalorizar.

Nesta movimentação do capital, Marx demonstra as metamorfoses que o capital sofre em seu processo de autovalorização e que dentro delas o capital por muitas vezes torna-se sujeito, o agente motor da circulação do valor, perdendo as características primitivas do valor e ganhando uma autonomia própria.

Desta forma, como agora o valor se coloca de uma forma substantiva, o capital se torna um agente do seu próprio movimento. Como é neste movimento que o capital cumpre sua função de se autovalorizar e se reproduzir, ele é obrigado a assumir diferentes formas, se metamorfosear, para que este movimento exerça sua finalidade. Para isso, o capital irá assumir formas como a de capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital-produtivo, para se adaptar a cada etapa do processo produtivo. A este fenômeno em que o valor se transforma em valor-capital sob diferentes formas Marx dá o nome de substantivação.

Este processo produtivo em que o capital assume diversas formas, mas tem o objetivo final de produzir mais-valor, Marx chama de capital industrial. Mas o industrial num sentido mais amplo, o de abranger todo ramo da produção explorado segundo o modo capitalista. Para o autor o capital industrial é a única forma de existência do capital que não apenas se apropria do mais-valor, mas também cria, e por isso ele determina o caráter capitalista da produção.

As formas com o que o capital se movimenta evidenciam o que é próprio do conteúdo que se manifesta do capital. Dessa maneira, capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo são formas funcionais do conteúdo do capital. Estas três formas de capitais são componentes do processo produtivo e representam as transformações que o capital-valor assume, cada uma destas formas representa um ciclo dentro da totalidade do capital industrial.

Analisando esta totalidade, notamos que para os ciclos acontecerem e para que haja a expansão do valor, o valor-capital tem que estar em constante mutação para que o ciclo do capital industrial não seja interrompido. O valor-capital deve converter-se em capital

produtivo, gerando capital-mercadoria para que este seja realizado e, uma vez realizado, se transforma em capital-dinheiro, entretanto, o valor-capital somente entra de novo na esfera produtiva se for transformado outra vez em capital produtivo. Portanto, temos que “*o processo cíclico do capital é interrupção contínua, abandono de um estágio para entrar no próximo; rejeição de uma forma, passando a existir noutra; cada um desses estágios é condição do outro e ao mesmo tempo o exclui.*” (Marx, 2008: 117)

Neste ponto Marx pressupõe que todos os ciclos das diferentes formas do valor-capital são executadas pelo mesmo capitalista. Entretanto, assim como a divisão social do trabalho, cada forma deste capital pode ser executada por um capitalista diferente. Estas formas funcionais do capital ganham autonomia dentro do processo produtivo e se transformam em capitais autônomos. O capital-mercadoria se transforma em capital comercial, o capital-dinheiro em capital bancário e o capital-produtivo em capital industrial.

A autonomização destas formas funcionais libera o capital industrial de uma série de funções, que passam a ser exercidas por elas, dando uma maior especialização a cada uma delas, o que faz com o que a produção e a extração de mais-valor sejam maiores. O capital comercial libera o capital industrial da necessidade de ir até o mercado para realizar suas mercadorias e o capital bancário permite que não seja necessário reunir um determinado montante de dinheiro para iniciar o processo produtivo.

Para ao propósito deste artigo, nos aprofundaremos mais na autonomização da forma capital-dinheiro, ou seja, na formação do capital bancário. O capital bancário surge quando o capital-dinheiro se destaca e ocupa funções próprias do dinheiro dentro do processo produtivo. Esta situação se figura quando certa quantidade de dinheiro previamente entesourada, de diversas formas, é adiantada para o capitalista como a finalidade deste iniciar a movimentação de seu capital.

O dinheiro aqui é considerado por Marx uma expressão autônoma de um montante de valor, que poderia existir na forma de dinheiro ou de mercadorias, quando este dinheiro entra na produção capitalista pode ser considerado capital na medida em que tem como finalidade se valorizar, buscando produzir lucros. Portanto, este adiantamento para o capitalista só é considerado capital se for empregado no processo de circulação, no caso do capital industrial tem de ser destinado na compra de meios de produção.

Marx assinala que o caráter específico do capital bancário é que o possuidor do dinheiro adiantando abre mão do valor-de-uso do seu dinheiro, transforma-o em mercadoria, em prol de uma receita futura. Deste modo, afasta-se de seu dono e passa para as mãos do capitalista, com a condição de que seja retornado após um determinado período previamente acordado. Esse retorno só acontece quando o mais-valor produzido pelo capital é realizada, fazendo com o que se cumpra o valor de uso inicial desse dinheiro.

Ao capitalista que empresta seu dinheiro entrega seu capital e o transfere para o capitalista industrial, não recebe o equivalente ao mesmo tempo. Sua entrega não qualifica um processo real de circulação de capital, apenas impulsiona o ciclo que será realizado pelo capitalista industrial. Ao final, o capital adiantado em forma de dinheiro retorna, pelo processo de circulação, ao capitalista industrial novamente na forma de dinheiro.

Há de se salientar também que o direito a parte do lucro gerado pelo capital e apropriado pelo capital portador de juros, não configura uma cessão de propriedade deste capital para o dono do dinheiro que foi emprestado e também não configura a propriedade do dinheiro para o capitalista industrial, que tem que devolvê-lo juntamente com sua remuneração ao capitalista prestamista.

No comércio de dinheiro o que está sendo transacionado é a propriedade ou possibilidade do dinheiro de exercer a circulação do capital. Com a circulação, vem a geração de mais-valor e o direito de desempenhar este ciclo, que é garantido pelo adiantamento do dinheiro, recebe uma remuneração no final deste ciclo que é representado pelo papel do juros.

Dentro do capital bancário existe um valor de uso, que é a possibilidade de entrada no processo produtivo e a apropriação de mais-valor. Porém, não existe um valor, derivado do trabalho, por detrás deste capital, ainda assim, apesar de não existir esse valor, a este capital é atribuído um preço. O preço se torna uma figura irracional, pois é a manifestação concreta da aparência de algo que se quer existe. Entretanto, sua existência é vista na totalidade, já que os juros também foram produzidos no processo produtivo, apesar de serem apropriados de outra forma.

Com o desenvolvimento e complexificação do capital portador bancário, cada vez menos o capitalista isolado precisa ser o inteiro dono do capital para iniciar e dar cabo do

processo produtivo. Agora a massa de dinheiro fica concentrada e organizada sob o controle dos banqueiros e descolada do processo de produção real. Isto configura uma nova organização do capital, já que agora é representado por vários acionistas e não apenas um só capitalista, o dono dos meios de produção se torna apenas um gerente de seu próprio capital.

Com isso, por conta da mistificação sobre o processo produtivo causada pelo capital bancário, Marx ilustra que:

“No capital produtor de juros está perfeita e acabada a representação fetichista do capital, a ideia que atribuiu ao produto acumulado do trabalho e por cima configurado em dinheiro, a força de produzir automaticamente mais-valor em progressão geométrica em virtude de qualidade inata e oculta. Desse modo, esse produto acumulado do trabalho, conforme opina o economista, há muito já fez o desconto com que adquiriu para sempre a riqueza toda do mundo, a qual então lhe pertencia e caberia de direito. Ai, o produto de trabalho passado, o próprio trabalho passado, de per si está fecundado por uma porção de trabalho excedente, presente ou futuro. Todavia, sabemos que, na realidade, a conservação – e nesse caso a reprodução – do valor dos produtos de trabalho passado resulta apenas de seu contato com o trabalho vivo; e que o comando dos produtos do trabalho passado sobre trabalho excedente vivo durara somente o tempo que durar a relação capitalista, a relação social determinada que põe o trabalho passado em posição autônoma e preponderante para com o trabalho vivo.” (Marx, 2008: 528)

O desenvolvimento do sistema de crédito significa para Marx uma generalização e uma ampliação do dinheiro enquanto meio de pagamento, pois agora o capital tem como exercer também a função monetária. Todo o sistema de crédito e seus componentes Marx chama de capital bancário. Este capital opera sobre duas lógicas, a primeira é o comércio de dinheiro e a segunda é a administração do capital portador de juros.

Reunir o dinheiro em forma de empréstimo e emprestá-lo novamente é o que faz o capital bancário se desenvolver. Ao juntar todo o dinheiro disponível para empréstimo, os bancos conseguem centralizar o capital na forma de dinheiro e o transforma em capital bancário ao colocá-lo a disposição do capital produtivo. Desta forma consegue auferir ganhos de escala, pois um grande conjunto de pequenos capitais não conseguiria o mesmo efeito.

Todo capital em forma de dinheiro que fica disponível aos bancos provém: da cobrança dos capitalistas industriais – capital na forma dinheiro que cada comerciante mantém como fundo de reserva – do depósito dos capitalistas monetários, de rendimentos depositados dos bancos, ou seja, de um efeito dinâmico onde juros de depósitos anteriores que são depositados novamente e, por fim, de pequenas somas de todas as classes sociais na forma de depósitos para poupanças que não tem a capacidade de atuar como capital por si só, inclusive trabalhadores.

Mais uma vez fica latente a exacerbação da lógica do capital em si, pois ficam cada vez mais separadas a produção e apropriação de mais-valor. Pelo fato de que o capital bancário se apropria do lucro, a forma da aparência é que ele também é dono do capital produtivo, mistificando cada vez mais o processo.

O surgimento das sociedades anônimas por ações permitiu que, ao venderem partes que representam um pedaço do capital, unindo-as, até representar o todo do capital, promoveu uma centralização maior desse capital, pois estas partes poderiam ser compradas por um comprador só, ou quando uma firma sofria falência, esta poderia ser abarcada por outra maior. Isto torna o capitalista funcionante em um mero dirigente.

Com o desenvolvimento e complexificação das formas do capital bancário surge o que Marx define como capital fictício. Este capital representa uma comercialização de uma potencialidade, é comercializado o direito de explorar determinado potencial de um capital, ou seja, torna uma propriedade o direito de apropriação. Fica exacerbada a apropriação da mais-valor produzida por determinado capital, fetichizando ainda mais esse tipo de apropriação.

Uma das formas do capital fictício é a dívida pública, que representa uma soma emprestada referenciada a um gasto já realizado, que não existe mais, ou seja, sua base real constitutiva já não existe e que está baseada numa parcela do orçamento público que ainda não existe, que é a arrecadação de impostos.

Portanto, o capital fictício representa o direito de participar do lucro da parte do capital comprada por ele. O caráter fictício reside em sua lógica ilusória de que participa do processo produtivo, por conta de sua interligação com ele. O papel representa um direito de se apropriar de algo que ainda não aconteceu com a possibilidade de repassar esse direito a preço de mercado, com remuneração dos juros. Entretanto, ao repassar o papel antes de se apropriar de seus dividendos, seu preço irá depender da taxa de juros, o que exacerba ainda mais a separação entre apropriação e produção de mais-valor.

Apesar destes papéis representarem títulos sobre o capital real, dando direto a uma parte do mais-valor produzido por estes capitais, também representam capitais ainda inexistentes. Isto acontece porque o capital existe do seu lado real, mas este capital não muda de mãos apenas pelo fato desse papel que o representa também mudar de mãos. Na

mesma medida em que esses papéis expressam os rendimentos de capitais reais, são também apenas duplicatas destes capitais que podem ser negociadas, circulando como valores-capitais, quando na verdade não os são, se tornam ilusórias. Entretanto, por conta de ser um reflexo do movimento real, quando o desenvolvimento capitalista se expande, esta forma de capital também irá se expandir.

Embora estes papéis possam ser uma representação de um capital, ele pode diferir da quantidade de valor que este papel representa, os tornando maiores ou menores que ele. Isto acontece porque seu preço oscila por razões diferentes que as do capital, esta oscilação ocorre de maneira independente ao processo produtivo. E, somado a isto, por se tratar de um capital ilusório, pode ser duplicado, triplicado, se afastando cada vez mais de sua representação real.

Desta forma, o capital fictício se transforma em uma espécie de riqueza imaginária, que irá constituir uma parte considerável da riqueza de particulares e de banqueiros, já que pode ser transacionada a qualquer momento. Comprar este tipo de papel se torna uma forma peculiar de acumulação de capital monetário.

A intensificação do processo de autonomização do capital bancário, derivada de uma complexificação do sistema financeiro capitalista, estimula que o crédito cresça e que a parte fictícia do capital aumente, gerando um processo de sobredimensionamento do lado financeiro com relação ao lado produtivo da economia. Isto culmina em um conflito, dentro do próprio capitalismo, entre geração e apropriação do mais-valor produzido.

Considerações Finais

O que se percebe a partir do contraste entre a análise do capital financeiro proposta por Hilferding, e depois seguida por Lênin, com a descrição dos movimentos dos capitais expostas por Marx é que apesar de caminharem por especificidades diferentes, em linhas gerais o movimento do capital é o mesmo. Resumidamente, incorrendo em riscos de ficar reduzido demais, a complexificação do sistema financeiro capitalista levaria a um crescimento deste além do que é visto no setor produtivo.

O conceito de capital financeiro é usado muitas vezes de maneira leviana, sem um devido aprofundamento do termo. Nestes usos este conceito geralmente indica apenas um predomínio do setor financeiro sobre o setor produtivo. Se a intenção de uso é apenas esta, a

argumentação que Marx apresenta sobre a intensificação do processo de autonomização do capital bancário, que leva ao surgimento do capital fictício, gerando um crescimento deste capital para além do capital industrial que ele representa, apresenta bases para sustentar este processo de maneira muito mais completa do que a proposta por Hilferding.

Dentro das análises de Hilferding, Lênin e Marx apresentadas neste trabalho, todas mostram, mesmo que de formas diferentes, uma preocupação sobre uma intensificação na separação entre apropriação e produção de mais-valor, o que demonstra ser umas das principais contradições evidenciadas dentro do capitalismo.

Desta forma, o significado mais profundo que se pode retirar de uma análise sobre o capital financeiro é de que ele surgiu para poder destacar o problema entre apropriação e geração do mais-valor, já que como crescimento do setor financeiro em relação ao setor produtivo, a classe de capitalistas que se apropria de um pedaço cada vez maior de mais-valor que é produzido pelos capitalistas produtivos. Essa crescente apropriação se coloca, em um nível de abstração mais baixo, como uma forma de dominação de um capital sobre o outro.

Durante a construção do conceito de capital financeiro, um dos principais apontamentos feitos por Hilferding e Lênin, é o de que há uma forte tendência a centralização de capital, que culminará na predominância de monopólios por toda a economia, levando o capitalismo a uma nova fase. Marx também assinalava a tendência, através da própria concorrência entre os capitais, onde os mais fortes abarcariam os capitais mais fracos, a centralização e concentração do capital. Com isso, enxergas estes movimentos como sendo parte de uma nova fase do capitalismo é negar parte da argumentação marxiana.

Para Marx, a concorrência estaria sempre posta entre os capitalistas individuais e seria de certa forma necessária para realizar o movimento do capital, porém o próprio movimento do capital faria com que este se aglutinasse. Como aponta Corrêa (2012) “*Marx não supõe a inexistência, ou a irrelevância, da pluralidade dos capitais (da concorrência). Justo o oposto, como visto, é pela concorrência que as tendências imanentes do capital (em geral, se quiserem) se manifestariam.*” (Corrêa, 2012:52)

Deste modo, não se pode afirmar que realmente há uma nova fase do capitalismo, a ascensão dos monopólios apenas é o aprofundamento de certas contradições que já eram apresentadas desde a análise feita por Marx.

Diversos autores sinalizam que a análise de Hilferding sobre o setor financeiro em contraste com o setor produtivo carece de uma atenção mais profunda aos processos de substantivação e autonomização do capital. Dentre eles, Sabadini (2012) salienta que:

“ao mesmo tempo em que se dá destaque a relação banco x indústria, importante para a compreensão da dinâmica financeira, por outro, ao indicar a temática das finanças, não progride na compreensão do processo de substantivação do valor e de suas formas funcionais, onde notamos o caráter autônomo que a esfera da circulação adquire no seio do capitalismo.” (Sabadini, 2012:16)

Disto pode-se concluir que o nível de abstração em que Hilferding apresenta seu conceito está em um nível bem mais abaixo que o de Marx, mais próximo ao concreto. Tenta dar conta dos processos que estão acontecendo internacionalmente na época de seus estudos. Esta diferença de análise impossibilita Hilferding de captar importantes movimentos do capital, como o próprio processo de substantivação, e mistifica a aparência, quando na verdade deveria se propor também a esclarecer a essência.

Ao se prender em um nível de análise muito mais próximo da aparência, Hilferding deixa mistificada a dominação, que neste caso é apenas um fenômeno da aparência, do setor financeiro sobre o setor produtivo. Quando na realidade, a essência deste fenômeno consiste em um aprofundamento e alargamento do capital bancário, que por se desenvolver sem contrapartida do capital industrial, aparenta a dominação e esconde o caráter autônomo deste capital.

Para Harvey (2006) o principal erro em que Hilferding incorre é o de não salientar como os descompassos entre o sistema financeiro e a base monetária serão os motivos principais para as crises no sistema capitalistas. Para o autor as análises se concentram em mostrar como o capitalismo e suas contradições internas vão se projetar no cenário internacional. Segundo também este autor, o trabalho de Hilferding foi essencial para sumarizar como o crédito é essencial para a continuidade da acumulação de capital.

A grande contribuição de Hilferding foi a de tentar mostrar como ocorre o processo de associação do capital com o Estado. E assim pôde associar a política imperialista que se

observava no período a intensa necessidade de expansão do capital, que agora se enfrentaria através dos Estados.

Apesar de todas as críticas ao conceito de capital financeiro formulado por Hilferding, não se pode de forma alguma negar sua importância para o debate marxista, não só de sua época, mas suas ideias também reverberam nas discussões vistas atualmente. O trabalho de Hilferding foi de extrema importância para os estudos sobre dinheiro e crédito dentro do marxismo e influenciou todo o debate sobre imperialismo.

Por fim, este trabalho procura apenas ser uma parte de um estudo aprofundado sobre o capital financeiro e dos desdobramentos apontados por Marx sobre o setor financeiro que já se encontravam seminalmente em seu trabalho antes mesmo da publicação de Hilferding. A análise sobre este conceito se faz necessária atualmente pelo fato de que é perceptível um grande aumento na financeirização dentro do capitalismo hoje em dia. Portanto, ter estes conceitos ilustrados de forma clara e concisa é imprescindível na busca da compreensão de como funciona o capitalismo contemporâneo.

Bibliografia

BREWER, Anthony. Marxist Theories of Imperialism. London and New York: Routledge & Kegan Paul, 1980

BUKHARIN, Nikolai. A Economia Mundial e o Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984 .

CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). Capital: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, vol. 1, cap. 6, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). Capital: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, vol. 2 cap. 7, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaios FEE, v. 20, n. 1, p. 284-282, 1999.

CORREA, Hugo. Teorias do imperialismo no século XXI : (in) adequações do debate no marxismo. Orientador Marcelo Dias Carcanholo. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de cultura econômica, 1990.

HILFERDING, Rudolf . O Capital Financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, Karl. O Capital, Volume VI. Livro Terceiro. O processo Global da Produção Capitalista. Tradução Reginaldo SantAnna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SABADINI, Mauricio de S. Sobre o conceito de capital financeiro (I). Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política (SEP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012.